

“AOS ESCRAVOS MODERNOS”:

Abolição e república na imprensa operária no início do século XX

Rogério Humberto Zeferino Nascimento¹

Fora do universo da intelectualidade oficial, diversos trabalhadores e trabalhadoras expressaram expressivas análises em torno do momento histórico e social da chamada abolição da escravidão negra e do surgimento da república no Brasil. Na contramão de uma postura laudatória da república, os diversos escritos deixados por estes integrantes do nascente movimento operário questionam as instituições democráticas particularmente no quesito dos avanços sociais tão aclamados pelos republicanos, positivistas e muitos estudiosos da sociedade à época.

Seus escritos encontram-se espalhados em vários jornais, revistas e livros produzidos pelo segmento anarquista do movimento dos trabalhadores. Este segmento elaborou um pensamento social absolutamente refratário ao princípio de autoridade, requisito indispensável à exploração econômica. Escolas, conferências, viagens de propaganda e manifestações públicas consistia em ocasiões para um tensionamento em torno da situação da população trabalhadora no cenário do Brasil republicano. A avaliação registrada nestes eventos e por estes instrumentos, vislumbrava um ambiente social nada promissor para o ‘trabalhador livre’. Os expedientes utilizados no trato do trabalhador nacional ou imigrante permaneciam os mesmos dos tempos anteriores à abolição.

Neste breve artigo, privilegiarei alguns trechos retirados das colunas de jornais, revistas e opúsculos escritos por estes trabalhadores, na intenção de apresentar análises bastante contundentes sobre um tema de grande interesse de estudiosos e curiosos em nossos dias. Estas análises, de outro modo, compõem um quadro profundamente desconhecido atualmente. Tanto estudiosos da matéria quanto militantes negros não possuem conhecimento destes escritos, o que constitui indício de uma espécie de amnésia coletiva da contribuição deixada ao pensamento social por estes operários.

Esta lacuna é deveras lamentável. Porém, nada que não possa ser contornado, afinal, os jornais e revistas escritos pelos anarquistas em fins do século XIX e início do século XX encontram-se em arquivos e bibliotecas públicas, disponíveis para consulta por quem tenha curiosidade e interesse. Tome o leitor, neste sentido, este artigo na medida de registro e

¹ Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia – UASA – UFCG.

estímulo para o aprofundamento de estudos possíveis a serem realizados. Só desta maneira poderemos conhecer mais profundamente aspectos importantes de episódios da vida social brasileira numa perspectiva que privilegie as leituras e análises elaboradas pelas camadas populares em diversos momentos históricos.

A nascente república brasileira

Os republicanos fitaram a monarquia enquanto sistema de governo ao qual se opunham. A inauguração da república passou à história como o início de novos tempos em que o povo seria soberano não mais súdito de um monarca. A leitura sobre este enfoque fora desonerada na escrita sarcástica de Florentino de Carvalho. O título do artigo explicita o caráter aristocrático da república. Em sua verve, a condição do povo trabalhador surge como alvo de processos de subalternização, expedientes violentos e mantenedor dos privilégios dos dominantes.

Sua majestade o governo

Senhores! Não falem mal do governo.

O Governo é a ordem superior que dirige, regula e obriga aos povos a portarem-se corretamente, a respeitarem e amarem a Deus, a religião, a pátria, a moral, a família, a lei, a propriedade e os direitos de cada um, segundo o seu mérito, a sua posição eclesiástica, política e econômica.

A ele se devem e dele se derivam as ciências, as artes, a indústria, o comércio, a agricultura e todos os demais progressos da nossa civilização.

Desde os tronos e dos parlamentos, os regentes ou governantes investigaram as profundidades do infinito, descobriram os segredos da física, da química e da mecânica, trouxeram à luz o radium, pintaram os melhores quadros, burilaram as mais belas esculturas, construíram os dirigíveis e com eles conquistaram os espaços; ao mesmo tempo roturaram a terra, conduziram de continentes a continentes as riquezas dos diversos países, instruíram e educaram as massas, deslumbrando-as com os brilhantismos das suas luminicas lucubrações e os seus discursos lapidários.

Nas monarquias o seu poder é sobrenatural, vem de Deus, nas repúblicas vem da soberania popular, do democratismo, do sufrágio universal, água bendita onde se banham todos os partidos políticos, desde os republicanos conservadores até os radicais socialistas.

O regime monárquico organiza-se com preces, guerras de conquista ou insurreições, o regime republicano ou socialista adiciona a estes elementos a urna eleitoral.

Para realizar as eleições, base e fundamento da adorável e sagrada sociedade republicana e democrática, é preciso:

Muitos discursos, música, foguetes, vivas e aplausos;

lindos artigos inseridos nas colunas da imprensa honesta e independente;

muitos ternos usados;

vários chapéus estragados;

numerosos pares de botinas rotas;
diversos empregos (tirando-os de uns para dá-los a outros);
uma carrada de promessas;
uma pilha de barris de aguardente, conhaque, cerveja, etc...;
brigadas de proprietários de estabelecimentos de lenocínio, advogados,
polítiques de profissão, vagabundos, desordeiros e capangas, de exércitos
e policias;
arsenais de revólveres, facas, navalhas, espingardas e canhões;
meia dúzia de conflitos ou revoluções;
bastantes regatos de sangue e de lágrimas;
por último, diversas pirâmides de cadáveres, alicerces onde se colocam as
cadeiras presidenciais e legislativas.
Isto é a pátria, senhores isto é o civismo da democracia e da soberania
popular.
Todas estas virtudes e essências edificam o governo e consolidam a
sociedade ...
Quem não vota, quem não grita e não aplaude, quem não bebe e não sabe
matar gente como trinta, ou morrer em defesa de um candidato ou de um
partido político, isto é, quem não sabe afrontar todos os perigos, expor-se a
todos os sacrificios e mandas almas para o paraíso, em prol de uma
promessa, de um par de botinas, ou de um chapéu ensebado, não é um
cidadão; é um perigoso inimigo da sociedade, um perturbador da ordem
pública, um delinqüente que se rebela contra a sua majestade o Governo.
(CARVALHO,1913).

Num tom chistoso Bingi propõe analogia entre monarquia e república. Sua intenção é a de evidenciar as situações vexatórias pelas quais os governados passam em ambos os sistemas de governo. O título expressa a intensidade da sua crítica a toda forma de governo.

Os assassinos

Todos os governos são eguais. Do absoluto ao constitucional, do imperial ao monarquico e ao republicano, do reacionário ao democratico a única aspiração de qualquer governo é esfomear e sangrar o povo. Aquele povo que trabalha compreende-se.
O rei é o farol das instituições: nele se apóiam os invertebrados; a ele pedem luzes os mandatários do povo.
Cada rei tem o seu *Beccaris*.
O mais humano é aquele que tem menos victimas; todos as teem.
O democratico rei da Italia não quer ficar atraz do seu colega o Czar.
Ambos teem o seu povo e ambos amam o seu povo; mas com a condição que este permaneça imobil e fossilizado.
Deve trahalhar para o rei que é o magnimo, o pae da patria, o rei bom e democratico.
O rei é sagrado; ai de quem lhe tocar!
As instituições que lhes necessitam são inviolaveis. Tudo isso não é a favôr do rei, mas para o povo deste rei.
Quem ousa aspirar a uma vida que não seja e bruto, é um inconciente, um criminoso.
Quem se sente roubado e pede a restituição daquilo que produz e precisa, é perigoso para a ordem publica. E, para bem do povo, o rei manda-lo-á fuzilar. Fuzilando o revolucionario, o rei livra do incubo do terror a nação.

O chumbo real que ceifa vidas nas ruas publicas é o tónico que restituirá saude, força e paz.
Assassino é o que mata de fome. Quem massacra para esfomear e fazer escravos é um heroe, um bemfeitor a quem a humanidade deve reconhecimento. (BINGI,1914:01).

Noutro artigo escrito no mesmo jornal, Florentino de Carvalho focaliza o despotismo das camadas dirigentes. O ambiente social estabelecido depois de proclamada a república no Brasil não foi alterado, se isto signifique melhorias em favor dos trabalhadores. Houve mudança sim mas para pior. É isto que se depreende da leitura de artigos como o exposto a seguir.

A república do chanfalho

Não vivemos mais na República do Brasil, vivemos na República do CHANFALHO.

Em vez da soberania popular o que aqui impera e governa é o matonismo de Estado, executado por profissionais do crime, que tal é o princípio da autoridade. Os funcionários públicos consideram que os trabalhadores estão fora do direito de gentes, e não lhes permitem nenhuma liberdade de ação, nem como individuos nem como classe. A sua situação está limitada a trabalhar quando lhes mandem e a morrer de fome, a sofrer insultos, infâmias e humilhações, e a contentar-se com a sua sorte.
(...).(CARVALHO, 1913).

Edgar Rodrigues registra ter sido “república do chanfalho” a designação dada pelos trabalhadores em geral a republica brasileira, nos idos de 1912 e 1913, por contas da dimensão e intensidade das violências impostas aos proletários pelos poderes estatais e pelo patronato (RODRIGUES: 1984:82-92). Neste diapasão, Primitivo Soares escreve longo artigo denunciando à população a costumeira truculência policial sobre os sindicatos, de onde destaco algumas passagens relativas ao trato da questão social pelos republicanos demonstrando, na perspectiva do articulista, a inanidade das conquistas legais. A violência policial necessita da anuência cúmplice.

VINGANÇAS BURGUESAS.

Assalto policial ao local da Federação Operária de Santos – Espionagens jornalísticas e perseguições contra os anarquistas

(...)

A República, como a Monarquia, é um mercado onde se compra as autoridades e liberdade e a vida dos cidadãos.

Os funcionários públicos são caçadores e negociantes de escravos, e o povo é uma vítima expiatória das ambições desses senhores, como nos tempos da gleba.

(...)

Os chamados beneméritos da pátria dedicam-se a mandar construir vasos de guerra, canhões, mausers, para metralhar o povo quando este se rebela contra os abusos do poder. Ainda assim reservam para si destas despesas, uma gorjeta que freqüentemente importa em metade dos orçamentos. Levantam cárceres para engaiolar a quem incomoda. Fabricam leis para que os outros obedeçam às suas ordens. Lançam impostos, taras e gabelas, para arrecadar o dinheiro do contribuinte e reparti-lo entre eles, como lhes apraz. Mandam prender, deportar, espadeirar ou assassinar a quem se queixa de fome. Criam escolas para embrutecer a infância. Fazem construir asilos para que as privações e o desamparo continuem existindo, mas que não se caibam na via pública. Desprezam e maltratam os deserdados quer sejam nacionais ou estrangeiros. Cerceiam a liberdade de pensamento, de reunião e de associação. Violam os domicílios e atropelam até as mulheres e as crianças. (...)

A Redação d'A Tribuna cometeu um erro de palmatória: Mário Magnani e J. Sanchez nunca foram expulsos do Brasil. Quanto a nós, que também não o fomos, podem os corifeus do Capital, do Estado, da Pátria e da lei, limpar mais uma vez as mãos à parede com a sua magna carta constitucional e repetir os atropelos e as infâmias, determinados pela sua têmpera de degenerados e escravocratas. (...).(SOARES, 1914).

Sob pseudônimo Geca Vermelho, o articulista evidencia o sentido de brasilidade no capitalismo. No ano de 1907 o deputado paulista Adolfo Gordo elaborou a lei de expulsão de estrangeiros, com o objetivo de deportar do Brasil os “indesejáveis”, segundo propalado pela imprensa burguesa. Estes “indesejáveis” eram os trabalhadores atuantes no movimento operário. Esta lei recrudescer nos anos de 1913 e 1919. O ano de 1906 como os de 1913 e 1919 foram os dos três COB – Congresso Operário Brasileiro. O autor inverte, através do sarcasmo, a lógica excludente da lei Adolfo Gordo, ironizando os “desejabilíssimos”.

OS DESEJABILÍSSIMOS

O Brasil propriedade de banqueiros, industriaes e traficantes da alta pirataria cosmopolita

Indesejáveis para os governantes, e como tais são expulsos os trabalhadores honestos e altivos, que ao Brasil vieram trazer o concurso precioso dos seus músculos fecundos e das suas inteligências esclarecidas, colaborando conosco no verdadeiro engrandecimento econômico do país e na obra de libertação social do nosso povo... Enquanto isso, aos olhos benévolos desses mesmos governantes usurpadores dos destinos nacionais, vão os abutres da finança cosmopolita se assenhorando comodamente das nossas riquezas, lançando sobre o nosso povo incauto os tentáculos da subjugação colonial e aviltante. (VERMELHO, 1919).

Graco anuncia em seu artigo a existência de uma coalizão entre governantes e fazendeiros sob a república. A lei de nada adianta aos trabalhadores, isto porque quando ela funciona lhes é desfavorável e quando o texto é favorável, não tem aplicação prática. Conclui evidenciando a preservação de instituições escravocratas sob a república.

Conducta do governo e do Patronato Agrícola

(...)

Ha muito tempo que o govêrno rouba dinheiro ao pôvô, aos escravos que aqui vegetam e morrem de fome, ou se suicidam por falta de trabalho, e com o fruto desse roubo subvenciona as companhias de navegação, para estimular a negociata, a falcatrúa, e conduzir para aqui milhares de familias de escravos brancos e entrega-las aos fazendeiros, para que as explorem miseravelmente.

Se os fazendeiros fazem actualmente um pedido de 9000 familias é porque a maioria das que, iludidas, caem nas fazendas, tratam de fugir rapidamente para salvar a pele.

O Patronato Agrícola foi creado para favorecer os fazendeiros em suas explorações contra os colonos.

Pouco importa que, pela Lei Federal n. 6.487 de 27 de março de 1907 torna-se privilegiada a divida proveniente de salarios de operarios rurais, e esta lei e o Decreto Estadual n. 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911, traçases a orbita das diferentes atribuições dessa nova instituição burocrática.

A lei é um pretexto para organizar comanditas de individuos cuja obra é obrigar os pobres a fazer o que convem aos interesses dos ricos.

Os legisladores fazem a lei, e os encarregados de executa-la fazem o que muito bem entendem, ou o que os argentarios lhes mandam fazer.

As leis protectoras são mais um insulto atirado á face dos trabalhadores.

As atribuições do Patronato eram, entre outras, “intentar e patrocinar causas para cobranças de salarios agricolas e para o fiel cumprimento dos contractos segundo a legislação vigente”.

(...)

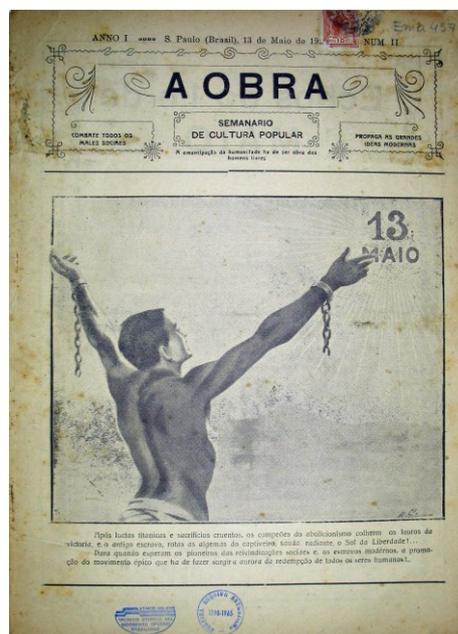
Os moldes genesíacos da organização do Patronato são os mesmos do regime capitalista, e teen por fim intensificar a exploração e coagir os trabalhadores rurais, como as sociedades patronais das cidades teem por fim extender a exploração e oprimir os operarios.

Os trabalhadores do campo e nós tambem, temos no Patronato Agrícola mais uma instituição escravista a combater e destruir. (GRACO, 1913:02).

Outros trechos nesta mesma linha de raciocínio poderiam ser apresentados. Como o espaço é limitado, restrinjo-me aos acima transcritos. Acredito serem suficientes para apresentar as análises profundamente críticas que o estrato anarquista do movimento operário elaborou sobre a aclamada república brasileira. No fim, entendiam as instituições republicanas enquanto legítimas sucedâneas da monarquia e do período da escravidão negra. Sobre este tema em particular, apresento a seguir alguns exemplares das reflexões elaboradas nestes periódicos.

Abolição da escravidão negra, república, nova escravidão

Os impressos anarquistas não deixavam de apresentar com tintas contundentes a situação adversa do trabalhador no novo sistema republicano. Em relação ao passado recente da abolição da escravidão negra, ainda muito vivo na memória coletiva, em diversos números de jornais e revistas aparecem reflexões críticas quando da Lei Áurea. Não havia o que comemorar quando da abolição. A escravidão negra é apresentada como tendo sido, antes de abolida, distendida para todos os trabalhadores assalariados. Na república como na monarquia, os produtores permaneciam sendo explorados e subjugados, ao que um novo 13 de maio se colocava como necessidade para sua libertação. A Obra, revista anarquista editada em São Paulo no ano de 1920, estampa em sua primeira página editada no segundo número, dia treze de maio, a imagem bastante significativa da abolição, segundo o ponto de vista de seu coletivo editorial. Na parte inferior da imagem está escrito:



“Após lutas titânicas e sacrifícios cruentos, os campeões do abolicionismo colhem os louros da vitória, e, o antigo escravo, rotas as algemas do cativoiro, saúda, radiante, o Sol da Liberdade!... Para quando esperam os pioneiros das reivindicações sociais e, os escravos modernos, a promoção do movimento épico que há de fazer surgir a aurora da redenção de todos os seres humanos!...”

Esta mesma imagem fora estampada no jornal anarquista A Plebe em 1921, seguindo um artigo sobre a data do treze de maio. Nesta edição há os seguintes dizeres em baixo da

imagem: “Quando brilhará para a multidão oprimida dos escravos brancos, o sol de um 13 de maio de fato?” (FELIPE, 1921: 01).

“Escravos modernos” ou mesmo “escravos brancos” são termos que transparecem a crítica lançada pelos anarquistas à república como à abolição da escravidão negra. É bastante significativo, neste sentido, observar a imagem acima. Nela há um homem branco com grilhões rompidos e voltado para a data do 13 de maio. Comumente a data referida e braços com cadeias quebradas vêm ladeados à imagem de um negro e não de um branco como feito pelos editores de A Obra e de A Plebe.

Pinho de Riga em artigo abaixo transcrito deixa bastante patente sua percepção da abolição da escravidão negra como uma trapaça. Mudou somente o formato da escravidão. Deixaram de escravizar apenas aos negros, estendendo a escravidão a todas as cores. Eis o sentido da modernidade instalada.

Escravidão moderna

Aboliu-se a escravidão africana, mas a escravidão nem por isso desapareceu. Deixou-se de importar negros da Africa, mas importa-se brancos da Europa e amarelos da Asia: variou-se de côr, não de sistema. E se alguém lucrou com a evolução da escravatura, foram precisamente os negreiros, os fazendeiros, os industriaes, não propriamente os escravizados. O escravo constituia um valor, uma propriedade na mão de quem o possuía, e por esse motivo havia o cuidado de não o matar de fome, dava-se-lhe milho com fartura. Imagine-se um carroceiro que possui dois animais que lhe puxam a carroça e que representam todo o seu capital ---- matar á mingua de alimentação e os deixar ficar ----- rebentar de trabalhar -----.² como o proprio, pois terá que adquirir outro e sofrerá prejuizo com a transacção.

Assim tambem o antigo escravo. Representava capital e quando não convinha, vendia-se a outro, passava-se para diante como um animal que não satisfaz.

Os modernos escravos não teem semelhantes vantagens, nem os modernos exploradores precisam de taes atenções. O operario pode rebentar de frio, de fome, de acidente do trabalho; morrer envenenado pela falta de ar na oficina, ou sobrecarregado de trabalho e insuficiencia de alimento. Tanto peor para ele! Para cada um que sucumbe aparecem centenas que se oferecem em identicas condições, prontos a recomear a tarefa, a gastar cerebro e musculos a favor duma obra que só a outros favorece.

E fala-se de liberdade! Mas o operario, o paria, o pobre só tem a liberdade de morrer de fome. Porque é essa a sorte que lhes está destinada desde que se não sugeitam ás leis de bronze que regem o trabalho.

É que emquanto cada individuo não fôr economicamente independente, isto é, emquanto hajam individuos cujo estomago não esteja saciado e precisem de sujeitar-se ás imposições dum patrão, dum capataz, dum mestre, a liberdade é um mito, uma burla. Libertem primeiro os estômagos e só

² Palavras ilegíveis.

depois haverá liberdade. O contrario disso é pura endrômina. (RIGA, 1914:02).

Em artigo não assinado, há uma rápida descrição da situação de escravidão a que o trabalhador era submetido em plena república. A superexploração da jornada de trabalho, os expedientes visando burlar os produtores, a vigilância cerrada, a incidência de castigos corporais, torturas e mesmo a morte, delineiam a realidade de violência e terror na qual os trabalhadores viviam. Em rápidas pinceladas o articulista desenha ao leitor um quadro não tão diferente dos tempos da escravidão.

Horrorosa escravatura operaria no Estado do Paraná.

Dentre as numerosas noticias que diariamente aparecem até nas colunas da imprensa burguesa sobre as diversas formas em que é escravizado o proletariado, destacamos a seguinte, publicada pelo “Estado de São Paulo” do dia 26 do corrente:

CURITIBA, 19 – O “Diario da Tarde” publica hoje um artigo, intitulado “A região occidental”, e assinado pelo sr. Sebastião Paraná, denunciando a existencia da escravatura operaria, criada pela empresa de mate “Laranjeira”, estabelecida nas proximidades do salto das Sete Quedas.

A empresa possui armazéns de secos e molhados, ferragens, lojas de fazenda, cortumes, fundição, carpintarias e estaleiros e paga o imposto de suas mercadorias e respectivos selos aos governos da Argentina e do Paraguai, sendo a moeda corrente a desses paises.

Trabalham para a empresa mais de setecentos operarios, contratados, com salarios determinados recebendo-os, porem, em viveres e vestuários por preços exorbitantes, donde resulta que, no ajuste de contas, os patrões são sempre credores, ficando os operarios obrigados a continuarem a trabalhar afim de saldar as suas contas. Se tentam fugir, são perseguidos pela guarda pretoriana, que lhes aplica castigos horrorosos, sendo amarrados, surrados e executados quando resistem, ficando muitas vezes os cadaveres insepultos.

O trabalho começa as cinco horas da manhã e termina ás sete horas da noite, havendo uma hora de descanso.

Uma pilula anti-febril custa para os desgraçados, 700 réis; dois pés de mandioca 590 réis; um litro de milho 120 réis; e nessa proporção são vendidos os demais generos de primeira necessidade.

A empresa monopoliza a cultura, proibindo ao operario plantar ainda mesmo que seja um pé de couve, punindo com castigos corporais aos recalcitrantes.

O local, em que se acha estabelecida a vergonhosa empresa de mate “Laranjera”, fica á margem esquerda do rio Paraná, em pleno territorio brasileiro e onde André Rebouças ideára levantar o “Parque Nacional”.

Estão ou não estão confirmadrs todas nossas denuncias a respeito da escravatura operaria no Brasil?

Não està essa empresa funcionando ao amparo da lei, da patria e das autoridades?

(...). (HORROROSA, 1913:01).

A escravidão no período republicano se estendeu até sobre os chamados “silvícolas”, os índios. Num longo artigo, Graco descreve processos utilizados por fazendeiros em pleno período republicano afim de prender grupos indígenas transformando-os em escravos. Sobre este tema John Monteiro elaborou pesquisa de doutoramento (MONTEIRO, 1994).

O triunfo da iniquidade (?) Os colonos, vencidos, voltaram ao trabalho

Quem ler a imprensa mercenaria, em sua maioria ou em grande parte escrita por adventícios, pensará que os burgueses, que tanto maltratam os trabalhadores estrangeiros, guardam todas as suas amabilidades para os filhos desta terra; não saberá que o patriótico govêrno prende, deporta e massacra trabalhadores brasileiros para defender a exploração e os interesses de empresas italianas, francesas, inglesas, ect., e que protege os selvícolas fusilando-os e tomando posse das suas terras, reduzindo-os depois a escravidão.

Veja-se este botão de amostra, que extraímos dos jornais do dia 14 do corrente.

“Uma pessoa chegada do Alto Rio Doce informa que alguns fazendeiros daquela localidade, não dispondo de colonos e trabalhadores para as suas roças, obrigam os índios a trabalhar.

Para atrair os indígenas, esses fazendeiros colocam perto das “malocas”, varios objectos de quinquilharias; em seguida fornecem cachaça aos índios, prendendo-os quando estes se acham completamente embriagados.

Nas fazendas, os índios são obrigados a trabalhos excessivos e castigados rudemente como nos tempos da escravidão.

A mesma pessoa disse ainda que tanto as quinquilharias como a cachaça são pagas pelo Ministerio da Agricultura, ao qual são apresentadas contas sobre essas despesas”. (GRACO, 1913).

João Crispim em artigo intitulado 13 de Maio aborda a falácia da abolição da escravidão negra, encetando crítica ao racismo da Antropologia Criminal lombrosiana, aos governos, legisladores, fazendeiros e padres que legitimavam a escravatura. Este seu artigo apresenta crítica incisiva à escravidão negra como à nova escravidão surgida com a abolição.

13 de Maio

Quatro dias faltam para que os o governo e os fazendeiros, juntamente com a multidão dos homens de côr, comemorem o fausto acontecimento da abolição da escravatura no Brasil.

Os partidarios da legislação e da jurisprudencia, que afirmam ser uma necessidade o ordenamento social sob o ferrete de uma direcção arbitraria, porque o povo é incapaz de ter e de afirmar as suas aspirações de liberdade e de conceber ideaes de tendencias anarquistas, vêm nesta comemoração um ensinamento hostil a essas afirmações inspiradas por interesses que os apresentam como individuos perniciosos á sociedade.

Para encontrar argumentos que satisfizessem o desejo de justificar este principio e, ainda, a barbara escravatura, ha pouco nominalmente abolida,

estudou-se o homem de côm e observou-se e propagou-se que tem muito pronunciados os caracteres de bestialidade, tanto sob o ponto de vista físico como intelectual.

A sua conformação craneana, cuja fronte é, como a do simio, pouco elevada, os pomulos salientes e as mandíbulas formidáveis, o nariz achatado, são caracteres próprios do tipo que vive a vida vegetativa, que não tem outras funções que as da nutrição.

Para justificar a caça e a escravidão dos negros, os cientistas definiam-nos como bestas ferozes, ás quaes era preciso, não domar, mas amansar.

Os padres diziam que os negros não tinham alma, e, portanto, não era pecado trata-los como aos outros animaes.

Mas o certo é que nunca se procurou educar essa raça, para saber se realmente era susceptível de uma evolução e aperfeiçoamento mais rapido, como o é a raça branca.

Não se procurou educa-la porque havia muito em que ocupar os captivos, submetidos a trabalhos prolongados e extenuantes, que poucos senhores seriam capazes de realizar, e porque a instrução ou a educação seria um serio perigo para essa instituição pseudo scientifica e divina.

No emtanto, os escravos tinham rasgos de intelligencia e comprehendiam bem a tremenda injustiça do regimen a que eram submetidos. Tal é assim que se mantiveram em constante rebeldia, castigada com a morte, e infinidade de revoltas se produziram, sendo presos e massacrados pela milícia do imperio, vale dizer, do Estado scientifico e da divina Providencia.

Essa injustiça, que não escapava ás luzes da sua consciencia, é a causa do odio que mentiveram e mantêm contra a raça branca. Para eles a raça branca é a raça dos escravistas.

E, efectivamente, dentre os brancos é que saem os escravocratas modernos, com a atenuante de que é da mesma raça que sae maior contingente de rebeldes e de revolucionarios.

Os homens de côm manifestam ainda o seu amor pela liberdade nas festas que realizam nesta data, que muitos julgaram ver nela a aurora da sua emancipação.

É certo que essas manifestações vão perdendo o seu calor e entusiasmo; e ha demasiadas razões para que isso aconteça. Com mentidas apparencias de liberdade, os escravos pretos vão sendo como os escravos brancos, tratados com o mais requintado desprezo, e amarrados ao jugo da exploração e da fome, com mais perigo para sua vida e a sua liberdade, do que nos tristes tempos do seu especial captiveiro.

O sistema ou mais, positivamente o partido republicano, que fazia alarde de ser a vanguarda dos libertadores e favorecer a organisação de muitos clubs instituidos para lutar contra o celebre club da Lavoura e Commercio, formado por grupos de ineptos reaccionarios, não visava principalmente a liberdade popular.

Para esse partido, como para os clubs libertadores, salvo raras e honradas excepções, a abolição da escravatura era uma questão de economia.

Segundo o Dr. Colhado, o trabalho escravizado era a causa da decadencia da lavoura.

A extinção do captiveiro favoreceu á burguesia o meio de atrair os homens de côm para a escravidão do salario, que é, para os agiotas, mais lucrativa, e livra-os de todos os cuidados e responsabilidades, porque é desbordante a multidão de desocupados no mercado do trabalho, os quaes se degladiam para conseguirem um salario, com o qual possam enganar o estomago durante alguns dias.

Eis porque os governantes aderem ás festas do dia 13 de Maio.

Conseguiram melhorar a rede da sua exploração, e, porisso têm de que alegrar-se.

Mas os escravos modernos é que, tanto no regimen monarchico como no republicano, estamos no ponto de partida.

A escravidão é cada vez mais revoltante e, por tanto, a todos os escravos negros, brancos, amarelos ou cobriços, nos toca lutar sem treguas, para que num outro 13 de Maio ou qualquer outra data, a mais imediata possível, possamos festejar a nossa emancipação integral, depois de termos implantado a livre sociedade do Socialismo Anarquista. (CRISPIM, 1914).

A igreja católica não ficou fora das ácidas críticas dos anarquistas. O articulista desafia os sacerdotes católicos a se explicarem quando justificavam a escravidão negra e, na república, passaram a condenar a escravidão.

A igreja e o proletariado

(...)

Mas a prova provadissima de que ela não procede honestamente, nesta questão, como nunca lealmente procedeu em questão alguma, é que sempre esteve ao serviço de todos os tiranos, e exerceu por sua vez a maior das tiranias contra os desgraçados. Basta dizer-se que _____³ justificou no Brasil a escravidão.

E chegados aqui cabe formular, para fechar, a pergunta irreverente e formidável que desde o principio nos estava a cair do bico da pena. Porque a igreja durante um dominio indiscutível de dois mil anos não resolveu a questão do pão para todos. Porque não estabeleceu o nivelamento social na época da crença fervorosa e intensa, quando ninguem se escapolia ao seu poder, nem os proprios reis! numa epoca em que os raios da escomunhão levavam a Roma, lançando-se de rojos aos pés do papa os mais poderosos monarcas da terra?

Respondam a isto snrs. catolicos, sejam francos, ao menos uma vez na vida! E então agora, quanto sentem o seu poder periclitar, quando percebem que o seu dominio está acabado, quando os seus gestos e procissões são recebidos e corridos as gargalhadas e assobios universaes, é que querem interessar-se pelos operarios?

Criem vergonha e pundonor e apareçam! (A IGREJA, 1914:01).

Considerações finais

No espaço disponível me foi possível realizar estas rápidas apresentações. Acredito que uma mínima mediação nos artigos foi necessário a fim de evidenciar a importância de aspectos relativos ao tema proposto. Houvesse maiores possibilidades teria apresentado outros escritos além de tecido algumas ponderações oportunas. Entretanto, em que pese as limitações creio ser a amostra suficiente para, pelo menos, retirar do limbo as análises elaboradas por

³ Palavra ilegível. Presumo, pelo contexto imediato, que se refira à igreja.

trabalhadores sobre as questões de seu tempo e deixadas documentadas em diversos registros. O jornal, revista, livro e opúsculo constitui um destes registros, sendo um campo de pesquisas subestimado por estudiosos.

Um dos personagens conhecidos atualmente no campo da literatura e a ele confinado foi Lima Barreto. Compondo um pensamento anarquista vigoroso, os críticos literários procuraram domesticar a amplidão de alcance de seus escritos colocando-no exclusivamente enquanto literato. Quando da referência ao seu pensamento social, chamaram-no ‘pré-moderno’. Não perceberam que falavam apenas de si mesmo. Mas isto seria uma outra conversa que já abordei na minha tese de doutoramento (NASCIMENTO, 2006).

Lima Barreto, crítico visceral da república, do nacionalismo e do racismo, expressou em diversos de seus escritos uma perspectiva que reverberava os debates havidos entre os anarquistas. Por não ter realizado um percurso de militante sindical convencional, seus leitores, no geral, não relacionam seus escritos e percepção de vida enquanto compondo o vasto campo existencial anarquista. As suas críticas quanto à república, ao nacionalismo, à idéia de raça e ao racismo, só para ficar nos temas deste artigo, apresentam, conforme podemos perceber nos trechos endentados, uma fina sintonia. Mas, para que não pare dúvida, conferir seu artigo intitulado *Palavras de um snob anarquista* escrito em 1913 no jornal anarcossindicalista *A Voz do Trabalhador*. Aqui Lima Barreto assinou como Isaias Caminha. Este mesmo artigo fora publicado em *A Plebe* de São Paulo no ano de 1919, desta vez assinado como Lima Barreto (BARRETO, 1919:02-03).

Seu *Triste fim de Policarpo Quaresma* compõe com *No país dos Bruzundangas* uma análise complementar da questão nacional e do nacionalismo. Se no primeiro ele troça do nacionalismo encarnado na figura patética do Major Policarpo, no segundo ele situa a si mesmo a partir de um crescente distanciamento dos referenciais nacionalistas. Nesta obra ele inicia dizendo que poderia muito bem falar de Bruzundanga uma vez ter vivido neste país até os quinze anos de idade. Houve deslocamento em seus valores pessoais de referenciais convencionais, colados na idéia de pátria, para outros de caráter libertário.

Outros textos tratam destas questões. Só para registro, ainda no século XIX havia um jornal anarquista editado em italiano em São Paulo. O título do jornal é por si só indicativo do que venho afirmando: *Gli Schiavi Bianchi*, que significa ‘os escravos brancos’. Este jornal foi publicado no ano de 1893. Oresti Ristori (RISTORI, 1906) publicou, através de *L’a Battaglia*, um alentado opúsculo combatendo a imigração européia. Neste opúsculo ele retrata com detalhes o cotidiano dos colonos nas fazendas de café. Referindo-se a fazendas conhecidas no interior de São Paulo, as quais percorreu a fim de verificar pessoalmente as condições de vida

dos trabalhadores. Neste escrito intitulado *Contra a imigração*, Ristori registra que na república a situação do colono piorou consideravelmente.

Finalizando, os anarquistas constituem críticos tanto da monarquia como da república por não verem entre as duas apenas a diferença de intensificação do domínio e da exploração; críticos da abolição por ter liberto apenas aos senhores negreiros e estendido a escravidão a todas as cores. A escravidão, nesta perspectiva, fora intensificada, ampliada e aprofundada com a inauguração da república brasileira.

REFERÊNCIAS

A PLEBE. São Paulo – SP – 1917-1949

A OBRA. São Paulo – SP – 1920.

A IGREJA e o proletariado. **A Rebelião**. São Paulo – SP – Ano 01 – N° 03 - Página 01 – 17.05.1914.

BARRETO, Lima. Nova? Qual o que!... **A Plebe**. São Paulo – SP – Ano 02 – N° 15 – Páginas 02 e 03 – 31.05.1919.

BINGI. Os assassinos. **A Rebelião**. São Paulo – SP - Ano 01 – N° 06 – Página 01 – 17.06.1914.

CARVALHO, Florentino de. A república do chanfalho. **Germinal!**. São Paulo – SP – Ano 01 – N° 12 – 08.06.1913.

_____. Sua majestade o governo. **Germinal!**. São Paulo – SP – Ano 01 – N° 17 – 13.07.1913.

CRISPIM, João. 13 de Maio. **A Rebelião**. Ano 01 – N° 02 – São Paulo – SP. – 09.05.1914.

GLI SCHIAVI BIANCHI. São Paulo – SP – 1893.

GRACO. O triunfo da iniquidade (?) – Os colonos, vencidos, voltam ao trabalho. **Germinal!** São Paulo – Ano 01 – N° 09 – 01 – 17.05.1913.

_____. Conducta do govêrno e do Patronato Agrícola. **Germinal!** São Paulo. Ano 01 – Nº. 12 – Página. 02 – 08.06.1913.

HORROROSA escravatura operaria no Estado do Paraná. **Germinal!**. Ano 01 – Nº 10 – São Paulo – SP – Página 01 – 24.05.1913.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume I (1890-1919). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

_____. 1881-1922. **Toda Crônica**: Lima Barreto. Volume II (1919-1922). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Rogério H. Z.. **Indisciplina**: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. (Tese de doutoramento).

RIGA, Pinho de. Escravidão moderna. **A Rebelião**. Ano 01 – Nº 03 – São Paulo – SP – Página 02 – 17.05.1914.

RISTORI, Oreste. Contra a Imigração para o Brazil. **Edição de La Battaglia**. São Paulo – 1906.

RODRIGUES, E. **Os Anarquistas**: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984.

SOARES, Primitivo. VINGANÇAS BURGUESAS. Assalto policial ao local da Federação Operária de Santos – Espionagens jornalísticas e perseguições contra os anarquistas **A Rebelião**. Ano 01 – Nº 1 – São Paulo – SP – 01.05.1914.

VERMELHO, Geca. Os Desejabilissimos. O Brazil propriedade de banqueiros, Industriaes e traficantes da alta pirataria cosmopolita. **Spártacus**. Ano 01 – Nº 12 Rio de Janeiro – RJ – Página 02 – 18.10.1919.